



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 08 DE ABRIL DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública de 2022 da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Esta audiência pública foi convocada em atendimento ao requerimento CCJ 13/21, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado em reunião ordinária da Comissão em 1º de setembro de 2021, tendo como pauta discutir a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na rede municipal de São Paulo.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do *Youtube* da Câmara Municipal de São Paulo e que a realização desta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde 1º de abril.

As inscrições para participação do público ficarão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde 04 de abril, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma online, conforme *link* enviado por *e-mail*.

O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever junto à Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até 3 minutos para se manifestar.

Foram convidados: Sra. Fagna Barbosa da Silva; Sra. Franciele Lima; Sra. Laura Cymbalista, de forma virtual; e a Sra. Adriana Fernandes da Silva, representando o Secretário Municipal de Educação, Sr. Fernando Padula.

Então, Adriana, poderíamos escutar as Sras. Fagna, Franciele e Laura e, depois, escutá-la. Pode ser assim? (Pausa)

Então, tem a palavra a Sra. Fagna Barbosa da Silva, que vai discorrer sobre as legislações da EJA.

A SRA. FAGNA BARBOSA DA SILVA – Bom dia.

Eu vou falar um pouquinho sobre o histórico da Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, dando ênfase à EJA Municipal.

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, trouxe o direito à Educação. Em seu artigo 205, a Constituição dispõe o seguinte: “A Educação

é direito de todos e dever do Estado”.

Baseando-se nesse histórico, começamos a ter um pouquinho de direitos com relação à Educação de Jovens e Adultos; depois, na LDB, vem como uma modalidade de Ensino; e, visando toda uma parte histórica, chegamos ao Plano Municipal de Educação. Este Plano precisa ter objetivos claros com relação à Educação de Jovens e Adultos.

O que acontece com todo esse contexto? Geralmente, o EJA comporta dois grupos. O primeiro é composto por idosos que não tiveram acesso à Educação quando eram crianças e jovens. Depois, temos o grupo dos adultos jovens, que também não conseguiram finalizar os seus estudos. Esses dois grupos, com essa garantia de direitos, retomam os estudos em busca de alcançar o seu objetivo, que é se formar, que é terminar os seus estudos.

Com relação a toda essa perspectiva de hoje, vemos que cada dia fica difícil, porque a legislação está imposta, mas ela precisa ser cumprida, só que é muito complicado mudar essa cultura. Por isso que não temos nenhuma política pública hoje, no Município e no Estado, voltada à Educação de Jovens e Adultos. Isso é muito complicado, é muito complicado, porque essas pessoas precisam de uma política pública, uma vez que a Educação é um direito social. Com relação a isso, acabamos excluindo novamente os jovens e adultos do processo educativo. A Educação é um direito subjetivo do homem. É primordial que a Educação esteja presente para dar os conhecimentos necessários para esse ser humano. E foi na Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã, que nos apropriamos desse direito, na lei, mas não culturalmente. Hoje está muito complicado cumprir esse direito no Brasil, porque não se têm políticas públicas para apoiar esses jovens, esses adultos, esses idosos.

Os idosos saíram do contexto de formação deles não foi porque quiseram. Foi porque o acesso à Educação, no Brasil, sempre foi muito difícil.

E os jovens hoje também precisaram sair para trabalhar, por causa da falta de políticas públicas. Então, estamos ao Deus dará e nós precisamos garantir esses direitos. O direito existe. Ele está posto por nossa Constituição e pela LDB, mas até hoje não temos como garantir esse direito. O que será que está faltando para que o Município de São Paulo cumpra

esse direito? Por que não são feitas políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos? Por que há essa exclusão? Não podemos ferir direitos constitucionais. O direito à modalidade EJA, além de ser um direito propriamente constitucional, faz parte dos direitos humanos. Eu não posso deixar as pessoas à margem da sociedade, deixando-as em condição de vulnerabilidade social, histórica e educacional. Isso é criminoso. Enquanto isso, ninguém pensa em fazer políticas públicas voltadas à EJA. Nós não temos até hoje.

Vou falar mais um pouco sobre a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Nós estamos, aqui, nos reunindo a fim de pensarmos em um projeto; para sinalizarmos qual é o problema da Educação de Jovens e Adultos, no Município de São Paulo. Tivemos o pós-pandemia. Tivemos a pandemia que, com o sistema municipal de Educação, também os excluiu totalmente. Não foi feita nenhuma proposta ou nenhuma política educativa ou nenhuma política pública que priorizasse a Educação de Jovens e Adultos. Veio a pandemia, e nas outras áreas da Educação, os estudantes receberam material, apoio, mas a Educação de Jovens e Adultos, que mais precisava, foi, mais uma vez, excluída. Esta foi a palavra: excluída. Os estudantes de EJA já têm dificuldade com a tecnologia, e essa situação ficou mais gritante.

Outra questão que precisamos debater sobre a EJA: currículo. Também precisamos apoiar os estudantes no processo de ensino e aprendizagem.

Com relação a toda essa vivência, a toda essa demanda, a toda essa exclusão, com a falta de políticas públicas voltadas à EJA, os estudantes necessitam de um olhar diferenciado por conta de sua situação de vulnerabilidade. Nós precisamos mudar essa cultura. Temos de criar uma cultura de olhar para o EJA. Quando eu digo “nós”, estou me referindo aos parlamentares e a todos nós enquanto sociedade. Precisamos parar, precisamos discutir a Educação. E, mais uma vez, a Educação de Jovens e Adultos está sendo excluída. Isso nos compromete.

Inclusive, quando falo de Educação de Jovens e Adultos, falo sobre Direitos Humanos. É um direito humano, que permeia todas as etapas de vida. Essas pessoas precisam desse subsídio mínimo, que é a formação mínima para entrar no processo de apropriação do

conhecimento.

Eu observo e reflito: por que nós temos tanta legislação e por que essa legislação não é cumprida? O que está acontecendo? Leis, nós temos, mas como vamos garantir o cumprimento dessa legislação? Ela precisa ser cumprida. Eu estou descumprindo a Constituição Federal. Eu estou descumprindo a LDB, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, uma lei federal. E, a todo o momento, se descumpre isso e alguém silencia e não observa esse contexto social.

Eu vou falar, um pouco, da minha realidade, do que eu vivo na Educação de Jovens e Adultos. Eu fiz especialização em Direito Educacional. Também fiz especialização em Educação de Jovens e Adultos. Sou vice-diretora de uma escola municipal e eu acompanho isso no dia a dia. Eu acompanho os alunos. Eu acompanho o desespero deles para conseguirem terminar os estudos. Eu acompanho todo o processo de conseguirem chegar no horário, de se organizarem no trabalho.

Uma coisa que eu gostaria de sinalizar aqui é que as empresas não estão cumprindo a legislação. Elas não liberam os seus empregados para que eles possam estudar. Então, eu tenho alunos que, a todo o momento, não conseguem chegar no horário, que faltam às aulas. Se a Educação é um dever e um direito de todos, por que as empresas não estão cumprindo com o seu dever? Então, precisamos ter esse olhar. O que está acontecendo? Nós voltamos à escravidão? Porque é o que eu vejo: uma situação análoga à escravidão. Os empregados têm de produzir, produzir, e quando falam que vão estudar, eles perdem o emprego. E por que eles perdem o emprego? Porque não há políticas públicas que os apoiem. Então, nós temos de pensar e refletir sobre isso.

Mais uma vez: nós devemos refletir, mas não só refletir. Nós temos de garantir esse direito. Em momento algum eles estão olhando para nós. Quando eu falo “nós” é porque eu também me coloco nessa situação.

Mais uma vez: é complicadíssimo, complicadíssimo pensar na Educação de Jovens e Adultos, porque nós não temos apoio. Nós estamos largados – tanto o trabalhador que precisa

trabalhar, porque a empresa não tem tolerância, a empresa vê o trabalhador como um objeto que dá lucro; como também a postura do Município de São Paulo, que nega esse direito, porque ele não investe em políticas públicas. Nós somos corresponsáveis, e a Prefeitura e o Município também, por negar esse direito.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Fagna.

A próxima é a Franciele Lima.

A SRA. FRANCIELE LIMA – Bom dia a todas, a todos e a todes.

Estou muito feliz com este convite. Eu acho que é uma discussão extremamente relevante, importante e urgente.

Cumprimento a Mesa.

Vou falar depois da Fagna, que já nos apresentou um histórico; a questão da legislação mais atual ligada à nossa LDB: a garantia prevista na Constituição Cidadã. Mas eu vou fazer uma regressão. Vou voltar um pouquinho no tempo, porque sou professora de História e eu queria contar para vocês, um pouco – e a minha fala vai nessa direção – como é que as questões que se apresentam, as dificuldades que se apresentam à EJA atualmente são sistêmicas.

A história é feita de mudanças e permanências e nós temos visto só permanências nas questões estruturais de atendimento à população de Educação de Jovens e Adultos.

Então, eu queria mostrar para vocês um breve histórico, uma breve linha do tempo, para entendermos como que chegamos onde estamos. Acho que é importante fazer isso para depois eu apresentar algumas questões para o nosso debate com esta Mesa, com esta Secretaria, com o público da EJA. Enfim, com todos que vão participar desta audiência tão importante.

- Oradora passa a se referir às imagens exibidas.

A SRA. FRANCIELE BUSICO LIMA – Eu começo aqui... (Pausa)

Acho que vou falando aqui, sem vermos os *slides* neste momento. Quando ele

conseguir, nós acompanhamos de lá.

Queria contar para vocês que a primeira menção à educação de jovens e adultos aparece na Constituição de 34. Apesar disso, como a Fagna disse, de ser um direito constitucional mencionado em legislação, não é verdade que as políticas de Estado corresponderam a essa necessidade.

Agora entrou.

Quero ler para vocês, antes de começar a minha fala, esse trechinho de Paulo Freire que está projetado aí: “Há uma responsabilidade ética, social, de nós todos, no sentido de tornar a nossa sociedade menos má. Eu costumo dizer que tornar o mundo menos feio é um dever de cada um de nós. Nem sempre esse dever é percebido, e sobretudo assumido. Se você me perguntar se essa é uma questão pedagógica ou política, eu diria que é política. É preciso não só estar convencido do dever social de transformar, mas assumir isso. Assumir a percepção de que temos o dever de transformar significa partir para uma prática coerente com esse pensamento”.

Então, é um pouco inspirados nessa grande ideia do mestre, em toda a defesa que fez, como vai aparecer aqui na minha exposição, que temos de ter esse compromisso, essa responsabilidade de tornar esse acesso e essa permanência como um direito de todo e qualquer cidadão que não pôde estudar na chamada idade certa.

Então, a primeira menção, como estava dizendo para vocês, aparece na Constituição de 34. E, em 47, tivemos uma grande campanha de educação de adolescentes e adultos, conhecida como CEAA, instituída pelo Lourenço Filho, no contexto da Nova Educação. Foram criadas nessa época 10 mil classes de alfabetização pelo país inteiro. Então, na década de 40, porque 56% da população com mais de 15 anos era analfabeta. Tínhamos uma população prioritariamente no campo e o começo de uma industrialização.

E quero contar para vocês, pensando a partir dessa perspectiva histórica, que sempre foi sendo pensado de uma maneira equivocada a Educação de Jovens e Adultos, mesmo nesse primeiro momento com uma grande campanha, com esse número importante de 10 mil

salas de alfabetização sendo abertas. Só o fato da ideia ser de campanha já pressupomos que tem um movimento de guerra aí. As campanhas são feitas pela guerra, o combate ao inimigo. Quem é o inimigo nesse caso dessa campanha nacional? O inimigo é o analfabeto, é ele que é o analfabeto. O analfabeto é aquele que vai prejudicar o desenvolvimento do país. Esse é o ponto de vista, a culpabilização da falta do direito, do acesso ao direito é sempre para o sujeito. O sujeito é culpado daquilo que sofre, na verdade.

Então, foi instituído um serviço de educação de adultos, o CEAA. Foram produzidos muitos materiais com apelos fortes ao voluntariado, à questão patriótica, mas pensando sempre do ponto de vista de uma homogeneização. Então, temos uma massa de pessoas analfabetas e precisamos alfabetizar essa massa, porque essa massa vai impedir que o país cresça, que o país se desenvolva. É com essa ideia que surgem os grandes movimentos educacionais para a EJA, com a ideia de um combate. Na ideia escrita nos documentos, um bom combate, porque vai se erradicar o analfabetismo, mas nunca pensando quem são esses sujeitos e como eles sofrem a ação da desigualdade. Não são eles que causam a desigualdade ou vão causar o não desenvolvimento do país.

É um pouco equivocada o jeito que surge na história da educação brasileira o combate ou a campanha, ou essa ideia de que temos um inimigo comum e vamos colocar todo mundo no mesmo pacote, toda essa massa de pessoas, com muitos apelos. Então, também a Educação de Jovens e Adultos já chega com uma questão do voluntariado, precisamos ajudar, precisamos alfabetizar todo mundo, é um dever patriótico. Essas ideias que ficam povoando o imaginário e que continuam.

Mais um, por favor. Aí temos uma campanha nacional de erradicação do analfabetismo, em 58. E aí, como estamos vivendo uma mudança na perspectiva a partir dessa época, de um Congresso de Educação que o Paulo Freire participou, há uma denúncia vinda mesmo do Paulo Freire e do grupo, de que os analfabetos, as pessoas não escolarizadas não são a causa do atraso do país, elas são o efeito. Temos que denunciar o contrário, porque essas pessoas não tiveram acesso e é esse acesso que tem de ser garantido, do ponto de vista

principalmente de quem são eles. Olhar para essa comunidade que não foi alfabetizada, que não foi escolarizada, quem são essas pessoas, o que elas precisam. Elas já fazem muita leitura de mundo e depois elas podem vir a ler a palavra num segundo momento, mas é muito importante que se entenda a cultura da população.

E aí temos uma mudança de paradigma no jeito de encarar a questão da exclusão da escolarização básica, que é o adulto, a adulta, que precisa ser incluído na escolarização num movimento que garanta a sua individualidade, a sua cultura local, os seus saberes. E essa é toda a constituição da concepção freireana que fundamenta os novos movimentos, como o movimento de educação de base, que começa em 61, mas todo alicerçado com os movimentos das igrejas e dos movimentos sociais. E a instituição dos centros populares de cultura, entre 63 e 64, também alicerçada pela UNE.

Tinha um golpe no meio do caminho, vocês sabem disso, 31 de março de 64, e entramos de novo num retrocesso. Essa discussão estava avançando, tínhamos tido a Campanha Nacional de Angicos, com 300 pessoas alfabetizadas em 40 horas. Toda essa discussão que o Paulo Freire propunha, houve um retrocesso muito grande, uma parada histórica importante que nos causou mais uma chaga. E o que tivemos de manifestações para colocar a Educação de Jovens e Adultos na discussão foi o Mobral, que vocês também conhecem, Movimento Brasileiro de Alfabetização, entre 67 e 85, e a instituição do ensino supletivo, em 71.

Tudo isso, falando bem rapidamente, claro, todos esses movimentos dariam um encontro muito grande para discutirmos. Então, passando muito rapidamente, tudo isso vai nos mostrando que educar a população, principalmente em relação a partir do Mobral e do ensino supletivo, educar a população tem de ser no formato ou de pensar no desenvolvimento em que essa massa tem de se encaixar, ou combater a ameaça à ordem, que é o que o Mobral vai fazer. Vocês sabem que o movimento de educação de base, os centros populares de cultura e o próprio Paulo Freire foram perseguidos, durante a ditadura, como pessoas que estavam querendo a subversão, pois estavam trabalhando com a cultura local, com a cultura do alfabetizando. Com a proposta de que todos e todas poderiam escolher e num movimento, claro, de votar também,

de fazer suas escolhas políticas, que é isso que a educação de jovens e adultos deveria priorizar.

Pode ir mais um. E aí vemos, como a Fagna estava dizendo, com a LDB de 93 e 94, tudo histórico, só para fazermos uma linha de raciocínio e chegar aonde quero chegar com vocês, as reflexões que queria propor para esta Mesa. Na LDB de 93, como a Fagna disse, os direitos dos jovens e adultos. Ensino básico é um direito, tem de ser garantido, e é dever público a oferta gratuita do Estado, que tem de levantar a demanda, garantir o acesso e a permanência. E acho que é esse o ponto que a Fagna tão bem ressaltou, que estamos querendo tocar, um levantamento da demanda, o mapeamento dessa demanda e garantir o acesso irrestrito. E isso significa em qualquer horário, de acordo com a necessidade, e garantir a permanência, as políticas de permanência são essenciais quando estamos falando da classe trabalhadora, ainda mais num país tão desigual.

Temos as Diretrizes Curriculares Nacionais para o EJA, que apontam três funções primordiais, a função reparadora, equalizadora e qualificadora. Então, há um compromisso nacional de curriculum, além daquela garantia de estar na escola, que essa escola priorize reparar uma dívida histórica, equalizar essas diferenças e qualificar essas pessoas que acessam a Educação de Jovens e Adultos.

Em 2003, temos a criação da Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, que cria uma série de programas, como já conhecem, o Programa Brasil Alfabetizado, o ProJovem e o Proeja, dentre outros. Programas todos extintos, infelizmente.

Temos a criação da Secadi, em 2004, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que coloca a EJA nesse pacote maior de combate a todas as desigualdades sistêmicas do nosso país, a intencionalidade de discutir esses marcadores sociais da diferença. A Secadi foi vivendo um desmonte sistêmico, há um enfraquecimento na Gestão Temer e a extinção no Governo Bolsonaro. A Secadi está extinta desde o primeiro dia, uma das primeiras canetadas do Ministro Vélez, quando assumiu.

É alarmante e precisamos olhar com detalhe, na PNAD Contínua, Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, do IBGE, 2019, temos 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos no

país, sendo que 20%, ou seja, um quinto dessas pessoas não contemplaram alguma das etapas da Educação Básica. Ou porque abandonaram, ou porque nunca frequentaram. Quase 72% dessas pessoas são pretas ou pardas. E a taxa de analfabetismo, no Brasil, é de 6,6%. Dados muito alarmantes e preocupantes.

Esse dado, mais uma pesquisa da PNAD que não podemos deixar de ter em vista nos nossos debates, na passagem do Ensino Fundamental para o Médio há um grande abandono escolar, uma grande evasão. E é uma evasão progressiva, de acordo com a pesquisa, 8,1% aos 14 anos abandonam. Depois, quase praticamente dobra, no ano seguinte, com 15 anos já temos 14% de abandono. E aos 19 anos ou mais, 18% de abandono. Os motivos elencados por esses jovens são a necessidade de trabalhar, 40%; a falta de interesse, 30%; entre as mulheres também tem um destaque para as questões da gravidez na adolescência, 23,8% e afazeres domésticos que impedem o prosseguimento dos estudos.

Então, temos esse quadro, primeiro essa parte histórica dizendo que a EJA nunca foi uma prioridade de Estado, quando era para ser tivemos um golpe no meio do caminho. Quando íamos ter de verdade uma campanha nacional de alfabetização pensada por Paulo Freire, foi interrompida. Mas a história não tem se, então, não podemos dizer se tivesse dado certo, não tem se, infelizmente. Imaginamos, inferimos que seria um país diferente se não tivéssemos sido interrompidos pelo golpe. Mas, o quadro que temos agora é esse. É com esse problema que temos de lidar. Esses jovens estão fora da escola, estão saindo da escola, evadindo e se tornando o público da EJA.

Então, temos essa cara da juvenilização da EJA, está nos dados numéricos, que são muito grandes. É muito alarmante pensarmos que na idade do ensino regular, 14 anos, 8% já não concluí. E no ano seguinte, quase o dobro também evade. Vejam a problemática e aí as pessoas têm aquelas teorias, é aquele jovem nem, nem estuda, nem trabalha. Sim, mas quais são as oportunidades reais de estudo, até que ponto as escolas atendem essas demandas, essas necessidades desses jovens. E como esses jovens vão trabalhar, que trabalhos são esses, que frentes de trabalho há para a nossa juventude.

Porque quis trazer especificamente esse recorte. Poderíamos também falar da situação dos trabalhadores e trabalhadoras, no caso do lugar onde trabalho, o CIEJA Perus dos Imigrantes. Nosso público é especificamente, majoritariamente imigrantes, na nossa EJA de dia inteiro em Perus, atendemos todos os períodos do dia. Poderia tratar disso, mas quis chamar a atenção especificamente desse ponto, porque estamos gerando a nova demanda para EJA. A EJA é um direito, tem de ser garantido, como a Fagna bem disse, as políticas públicas têm de atender essa demanda, só que estamos criando mais demanda para a EJA. E num país menos desigual nem teríamos EJA. Teríamos uma política de educação de adultos visando qualificar, não para reparar dívidas históricas importantes. É assustador quando pensamos nisso, o que vamos produzir em relação aos próximos anos desses jovens sem perspectiva. A EJA tem de olhar para isso.

E aí deixo as questões para debatermos, que quero trazer para vocês. Vamos vendo nessa perspectiva histórica que sistematicamente temos políticas de governo, campanhas, como aquela ideia de um combate, e não políticas de Estado. Então, essa é a primeira denúncia, porque temos descontinuidades e ações absolutamente insuficientes. Vamos continuar aumentando a demanda para Educação de Jovens e Adultos, que demonstram, denotam uma extrema desigualdade social e um racismo estrutural. Nós vimos os dados.

E fica uma pergunta que é minha, pessoal e acho que é de todos que atuam na EJA, militam na EJA e defendem direitos. Mesmo que haja acesso, que se consiga não fechar mais salas, que é o que tem acontecido, não vamos fechar mais escolas. Mas, como permanecer, se estamos num país tão desigual, como essas pessoas da classe trabalhadora vão estudar também, porque não temos nenhuma política de permanência.

Tivemos alguns exemplos, alguns programas, algumas políticas que funcionavam muito bem, por exemplo, o ProJovem, mas não existem mais, foram extintas. Temos essa evasão contínua dos jovens no ensino regular e quais são as ações que vão pensar sobre isso, para que lá na escola, na EMEF, na escola estadual do Ensino Fundamental II, Ensino Médio, como vamos dizer para esses jovens que aquela escola é deles. Eles têm o direito de permanecer e ter

perspectiva, para que não se gerem incorreções no fluxo. E essa escola específica de jovens e adultos, é uma escola específica ou tem sido uma adaptação do ensino regular e também é excludente?

Então, há muitos pontos para tratar, há uma conversa aqui importantíssima, fico muito feliz por trazermos essa pauta da EJA, que me é muito cara. Sou Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal, de uma EMEF. Nesse momento estou na Coordenação Geral, que é a Direção do CIEJA Perus. Temos tentado fazer uma política de atendimento, principalmente em relação às questões de discutir a permanência e da flexibilização, porque é a classe trabalhadora.

Claro, se tivermos uma frente de trabalho, se um trabalhador conseguir uma frente de trabalho de duas semanas, primeiro ele vai para o trabalho e depois vai pensar na escola, porque a vida chama. É como Miguel Arroyo fala, são pessoas, não são estudantes que trabalham, são trabalhadores que estudam. E essa virada temos de fazer. Não adianta pensar em fazer escola igual a das crianças ou dos adolescentes. Não. Tem de ser outra escola, outra coisa.

E a legislação permite, não é, Fagna, me corrija se estiver errada. Mas tanto a Constituição, quanto a LDB permitem que se adapte essa escola, que se organize a escola de maneira a atender as demandas dessa classe, da nossa classe trabalhadora. Principalmente dessas pessoas que precisam frequentar em diferentes períodos, que precisam entrar mais tarde, como a Fagna disse, sair mais cedo, que precisam ter uma reposição, um estudo domiciliar. Enfim, temos de ter um olhar específico para a EJA. A EJA não pode virar reboque das políticas municipais do regular, porque é outra coisa.

Então, desse ponto de vista temos feito muitas ações, pensado muito. Sou membro do Fórum Estadual da EJA também, e temos pensado muito que, inclusive, a formação dos professores tem de ser pensada de maneira diferenciada. Todas as políticas de acesso e permanência têm de ser pensadas para este público singular. Não é a mesma merenda, não pode ser o mesmo material, não pode ser nada igual ao que é da criança, porque aquela escola

da criança, do ensino regular já, de alguma maneira, colocou esse jovem, esse adulto para fora.

Então, precisamos ter um olhar muito cuidadoso. Por isso, fico muito feliz, Vereador, e todos que estão aqui participando deste encontro, que se traga isso para a pauta, porque a EJA, infelizmente não tem sido pautada em nenhum lugar. Pelo contrário, tem sido vista como gasto, não como um investimento num novo país, mas como um gasto, como um puxadinho. Ah, se der tempo tratamos disso também, fica no puxadinho da escola, no puxadinho do sistema. E não olhamos para as questões específicas. São muito específicas. Precisamos ter muito mais fóruns, muito mais discussões que olhem para esse sujeito, para que não se reproduza, para não continuarmos reproduzindo as políticas que, infelizmente, não têm dado certo. E têm feito com que a nossa população não acesse os níveis de ensino que desejamos. É para todo mundo chegar no Ensino Superior, não só para alguns privilegiados.

Muito obrigada pela tolerância, que é aquela citação que li no começo, que a gente tem que ter esse compromisso que o Paulo Freire tanto teve e tanto debateu.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Franciele. Tem a palavra a Sra. Laura Cymbalista, de forma *on-line*.

A SRA. LAURA CYMBALISTA – Bom dia a todos, todas, todes. Queria agradecer bastante o convite, a iniciativa do mandato do Toninho Vespoli, que é importante tocar nessa pauta, por tudo o que a Fagna já disse, por tudo o que a Fran já disse, por todas as dificuldades que a gente segue enfrentando. Agradeço bastante a elas, que já falaram bastante coisa.

Eu preparei uma fala abordando algumas questões do contexto ainda de pandemia, mas desse ano, e a Adriana que está aqui presente depois vai falar também. Primeiro, a educação é um direito e direito não tem data de validade; e direito não tem idade adequada.

Essa premissa é fundamental e, a partir daí, que a gente fala que o direito à educação é para todo mundo; não importa a idade que tem, a trajetória que passou, esse direito tem que ser garantido. Por isso que a gente se coloca como militante da EJA, a gente não é só profissional que trabalha eventualmente, somos educadoras que têm um compromisso muito grande e uma

militância política em relação à defesa da EJA.

Eu sou professora de Educação Infantil e Fundamental I, sou professora alfabetizadora, e eu atuo na Coordenação Pedagógica do CIEJA; aluna: Jéssica Nunes Herculano, há alguns anos, ali na região do Butantã. Eu me formei na faculdade de educação como pedagoga e me coloco na militância da defesa da EJA.

Eu vou pegar carona em muitas coisas que as minhas colegas falaram, mas eu parto, primeiro, de um debate que ainda existe e que exige da gente outro compromisso, que é combater a ideia muito equivocada, muito falsa, de que a EJA é um problema do passado. E o que a Fran trouxe é para dizer que não, a EJA é uma questão de escolar a baixa escolaridade, enfrentar analfabetismo, uma série de questões da trajetória de jovens e de adultos, não é um problema do passado e que, gradativamente, a EJA vai diminuir, vai diminuir, daqui a pouco ela vai terminar e a gente não precisará porque nós já vamos ter sanado um problema do passado.

Não. Além de ter uma população com idade mais elevada que não se beneficiou do processo de expansão da escola pública e que, por n razões, como a Fran colocou, especialmente aqueles e aquelas que são trabalhadores e trabalhadoras, com o machismo estrutural, foram excluídos da escola nesse percurso, a gente tem uma produção diária de adolescentes e de jovens que estão sendo expulsos da escola regular. A Fran trouxe esse dado, nem vou repetir, mas é uma produção sistemática de fracasso escolar, de exclusão e de interrupção dessa trajetória na escola.

Então, não tem nada de antigo no nosso problema, nós temos problemas repaginados. E esta audiência é importante porque é uma situação que deveria gerar na Secretaria Municipal de Educação, na Câmara Municipal de São Paulo, em todos os lugares, um desconforto tão tremendo que as ações seriam numa outra velocidade e num outro compromisso com a educação de jovens e adultos, que infelizmente não é o que a gente vê.

Portanto, eu queria frisar a urgência e a importância de a gente olhar para a EJA como necessidade, porque temos sim uma reprodução, uma construção diária de questões tanto nas redes da escola regular, para os adolescentes e para os jovens, como também uma trajetória

excludente, além da questão do racismo e do machismo, o que tem representado para a população a flexibilização de todos os direitos trabalhistas. Isso também impacta muito diretamente em quem está na escola ou quem não está na escola.

A Fran falou dos 5 milhões que estão com a Educação Básica incompleta. A gente tem um número nacional de 11 milhões de analfabetos absolutos e um número expressivo da juventude, de 15 a 18 anos, que não está no Ensino Médio, que são a demanda potencial da EJA. E eu quero falar sobre a nossa cidade, porque São Paulo é uma cidade muito rica e muito desigual; e eu fico, de fato, bastante interessada numa situação em que a gente vê um monte de recurso não sendo investido onde deveria ser.

Não dá para economizar na garantia de direitos. A gente devia ter outra lógica de investir mais nos direitos, para enfrentar as questões.

Embora a média da cidade de São Paulo, comparada com a média nacional do analfabetismo, da baixa escolaridade, seja uma média baixa; em números absolutos, a cidade de São Paulo lidera, e isso deveria nos fazer não dormir à noite, porque é algo muito grave.

Outra questão também é a desigualdade territorial. O dado da desigualdade da exclusão também acompanha a distribuição geográfica da desigualdade. Por exemplo, tem um trabalho muito bom da Maria Clara di Pierro, que localiza e fala do atendimento da EJA na cidade de São Paulo – isso antes da pandemia – e localiza quais são as regiões da cidade, inclusive, onde esses índices são maiores.

Então, por exemplo, na zona Sul, é Campo Limpo e Capela do Socorro; na Leste, Guaianases, São Mateus e São Miguel; Norte, Freguesia, Brasilândia, Pirituba, Jaraguá; o distrito da Raposo, na Oeste; e algumas regiões como, por exemplo, a região de Paraisópolis. Isso já está determinado, a gente não precisa nem pesquisar, isso já foi feito. Obviamente, com o contexto da pandemia, a gente deveria fazer uma atualização desses dados, mas a desigualdade territorial de São Paulo impacta diretamente nessas questões, e eu não vejo uma política pública focada para enfrentar essa questão, inclusive territorialmente.

Estamos apontando aqui uma demanda real, que não está na escola. Pelo contrário:

Há uma política em curso e que só se aprofunda de uma redução dos atendimentos, seja na redução das salas, das escolas que têm EJA ou no número geral das matrículas.

Eu vou falar de um momento que tem relação com a pandemia. São dados que a própria Secretaria nos disponibilizou. Em 2019, nós tivemos 52.075 matrículas; em 2020, esse número já reduziu para 44.397 matrículas; e, em 2021, esse número cai mais um pouco e vai para 37.526 matrículas.

Em 2022, não há esse dado disponível no site para a gente, educadores e educadoras, para a população, para quem se interessa em acessar, então o dado que eu peguei para fazer uma comparação foi o dado de dezembro de 2021; então, eu imagino que esse número esteja um pouco maior: em dezembro de 2021, o número existente é de 35.525 matrículas.

Se a gente olhar com mais calma esses dados, vamos ver que o número mais expressivo das matrículas está nos módulos III e IV, e a gente vem acompanhando uma gradativa queda importante nas turmas de alfabetização.

Essa é uma preocupação já antes da pandemia das turmas de alfabetização conseguirem garantir a sua matrícula.

Esses são os dados da Prefeitura de São Paulo em relação às matrículas, e o que mais me assombra, quando eu vejo os dados oficiais na tabela, é que a tabela de demanda está zerada. E me pergunto como essa tabela de demanda está zerada. Entendo que tem uma demanda potencial, que está distribuída por aí, que a gente tem que ir atrás, mas existe uma demanda que está lá, no cadastro que as escolas fazem, no debate que cada unidade escolar faz pela DRE e que apresenta uma lista de nomes, que não são só nomes, são pessoas com trajetórias, com expectativas, que estão buscando a escola; e eu não consigo entender por que esses nomes, essas pessoas e essas demandas não estão contabilizados.

Se a gente tem escolas que fecharam salas, que reduziram o atendimento, que tinham EJA e não têm mais, que falaram ao aluno: “Procura outra escola, porque aqui não vai ter mais”, esse número é demanda não atendida, sim; e não está constando nos dados da

Secretaria. Eu acho que isso é complicado, até do ponto de vista de se analisar qual política pública que a gente vai fazer, porque aquilo é demanda não atendida, mas não está ali.

Se todas as escolas que atendem a Educação de Jovens e Adultos não tivessem redução, eu compreenderia que não tem a demanda ali naquela tabelinha. Mas isso não é o que vem acontecendo. E há uma normalização disso: “Ah, a cada ano, a EJA reduz mais um pouco”, e isso vai criando um certo sentimento de que é uma normalidade, quando a gente deveria estar num movimento contrário, que é: não só ampliar as matrículas, mas ampliar o atendimento e garantir a permanência.

Então, os dados evidenciam que não há uma priorização da Educação de Jovens e Adultos. Isso é bastante preocupante, se a gente for considerar o cenário todo.

E falando do Plano Nacional de Educação, que tem vigência de 2014 a 2024, e tem a meta de elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos e universalizar a alfabetização. Então, como é que a gente vai universalizar a alfabetização sendo que a gente tem uma redução e um menor número de oferta justamente nas turmas de alfabetização; e reduzir pela metade o analfabetismo nacional?

A vigência do Plano termina em 2024, daqui a dois anos. Qual é o Plano da Secretaria Municipal de Educação? Como estão essas ações? Como será? O que a gente já atingiu? Porque o que a gente tem visto é um não compromisso com o enfrentamento dessas metas que, inclusive, são do Plano Nacional de Educação, que é de responsabilidade coletiva.

Agora vamos falar sobre a diversidade da EJA, sobre algumas questões da pandemia e algumas propostas. Quem é esse público da EJA? De quem a gente está falando? Estamos falando de um público jovem, adulto, trabalhador e, repito, é o público que tem o emprego precarizado, terceirizado, menos direitos, são as pessoas que fazem maiores jornadas de trabalho e que gastam mais tempo na locomoção do transporte público na Cidade.

Então, embora não seja esse o tema, mas acho que ele vem muito a calhar, aproveito para dizer que me assusta muito quando a Prefeitura investe tanto sem controle em relação a trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas, porque é esse o público que não consegue

frequentar a EJA porque a jornada de trabalho, a duração, a falta de direitos, é maior.

A gente deveria cobrar dos governos que olhassem e dessem o exemplo, inclusive, para trabalhadores e trabalhadoras terem direitos. Tem uma gama de servidores públicos e eu defendo inclusive que não precisaria ser terceirizado, a limpeza não deveria ser terceirizada, enfim. Agora, o fato é que esse contingente, em grande parte, é de mulheres negras que estão nesses postos de trabalho terceirizados, é o público que não consegue fazer caber na sua vida o direito à educação por toda essa desregulamentação do trabalho, que aconteceu no Brasil, infelizmente.

A gente fala de golpes, a gente vive golpes cíclicos, mas também é importante dizer que, a partir do momento que o Temer assumiu o governo, avançou e muito a precarização e a desregulamentação do trabalho no Brasil, o que impacta na educação certamente, e a gente vai ter que falar sobre isso, especialmente quando se trata da EJA.

Os adolescentes e jovens evadidos, como falou a Fran, é um problema nosso, da rede, é um problema sistêmico. A rede produz a demanda potencial da EJA e nem consegue atendê-la, ou seja, produz e não acolhe. Então, esse é um debate que nós temos que fazer.

Migrantes e imigrantes, embora a terminologia não seja mais essa, mas acho que todo mundo entende melhor se falarmos assim. O fluxo dos Estados, especialmente do Nordeste, e de vários países, na Cidade. A Fran, que é do CIEJA Perus, tem um público expressivo de haitianos que agora vivem no Brasil.

Homens e mulheres trans, que saíram da escola, que não puderam ficar na escola, e a EJA é um espaço de acolhida, de recomeço, de possibilidade de concluir a sua formação. Idosos, pessoas com deficiência e a grande maioria da população da EJA é de mulheres e da população negra, demonstrando que a exclusão é fruto do racismo e do machismo estrutural e que a gente tem que olhar para isso e construir políticas que possam romper esse ciclo de exclusões.

A gente cita o Silvio Almeida, no seu livro do racismo estrutural, falando do tanto que a meritocracia, o discurso da meritocracia encobre o racismo. Isso é algo que a gente tem que

enfrentar enquanto educadores e educadoras, que o discurso da meritocracia coloca no indivíduo a causa do seu fracasso, do seu pouco empenho, da sua pouca disposição, e não reconhece o peso do racismo estrutural e do machismo estrutural naquele caminho. Esse é o debate para o qual a gente tem que pensar ações para viabilizar.

E a EJA, como foi falado anteriormente, tem que ter cara própria. Essa população tem saberes, tem vivências, tem experiências, tem muitos conhecimentos e reconhece na escola uma possibilidade de saber mais, de melhorar a sua vida, de recuperar um tempo, de uma série de expectativas diversas.

Portanto, tem que se reconhecer a cara da EJA, não dá para ser o repeteco da regular, não dá para ser um puxadinho do regular. “Ah, a rede vai fazer essa política, vamos fazer para a EJA também”. A gente tem que pensar políticas para esse público diverso da EJA, tem que pensar no horário da EJA, pois nem todas as pessoas trabalham das 8h às 17h. Faz anos que isso não acontece. Se fosse assim, quem trabalha à noite nunca iria estudar, nunca teria vaga para essa pessoa.

Então, a Prefeitura de São Paulo tem: a EJA regular, a EJA modular, o CIEJA. Ninguém aqui está defendendo que seja de um jeito, tem que fortalecer os três, porque as três formas atendem expectativas diversas. Agora, essa questão do horário é uma realidade, tem muita procura para manhã, para tarde, para noite, para poder possibilitar que a pessoa estude.

E essa coisa da especificidade da EJA, com gestão democrática, com autonomia pedagógica, com diálogo com os estudantes, é central. E eu aponto uma crítica ao modelo de formação da Cidade, que foi implementado para a rede, como um todo. Na minha avaliação, esse formato é homogeneizador, não dá conta inclusive da rede, porque as escolas têm territórios diversos, têm processos diversos, que estão imersas num percurso formativo para dar conta das questões de cada escola. E esse formato acaba retirando tempo para as escolas poderem pensar, para EJA, especialmente. Esse formato, se não dá conta para as escolas, muito menos para a EJA, porque acaba fazendo com que participemos de um grande cursão, e percamos tempo para formular, para conversar com os estudantes, para pensar possibilidades,

para olhar para a especificidade da EJA e para intervir.

Eu vou falar rapidamente sobre a pandemia, e já chego nas propostas.

Eu acho que era um cenário um pouco mais continuado. A pandemia atacou diretamente a EJA, porque todo mundo teve que lidar com adoecimento, com a morte, com o luto, com o desemprego, com a ausência de políticas públicas efetivas. Mas o público da EJA teve que lidar com tudo isso com essa situação de que não há escola entre sobreviver e estudar. Não há escolha entre garantir a subsistência da sua família ou estudar. Essa palavra *escolha* não se aplica. Então foi um público que já estava sofrendo com as consequências de um processo de desemprego, e com a pandemia, sofreu muito. E está sofrendo ainda, porque os impactos sociais e econômicos da pandemia ainda persistem, os sanitários também. Mas hoje, em maior medida, estamos falando do desemprego, de gente que precisou de se mudar, uma série de questões que os estudantes e as estudantes da EJA tiveram que lidar. A criança, não, a criança tem que ir para a escola; com o público da EJA, não, o público da EJA tem que garantir a subsistência da sua família. É um público que não pôde se proteger.

Fizemos uma pesquisa recentemente com os estudante. E é um público que passou por pouquíssima proteção do ponto de vista sanitário nos momentos mais críticos, por conta dessa necessidade da sobrevivência. E isso também não era novidade para ninguém, para a Secretaria, certamente, também falamos sobre isso: ausência de internet, ausência de computador, ter pacote de dados. O *tablet* demorou muito para chegar. Nem vou entrar nesse assunto. Mas foi um público que sofreu muito com a não familiaridade com as questões da internet. E também com essas dificuldade do pacote de dados. Um público que demanda muito estar junto, estar perto, e que sofreu muito com essa necessidade de ficar distante. E aí também eu coloco aqui as escolhas gerais, sem considerar a EJA, que também nos atrapalharam. Vou dar um exemplo Google-sala de aula, que foi uma escolha para EJA e que não considerou a especificidade da EJA para entrar em contato.

Nesse contexto, deveríamos estar aqui fazendo não uma audiência pública de cobrança, deveríamos estar todos discutindo como dar conta das metas do Plano Nacional de

Educação, como dar conta da priorização do investimento na EJA e o reconhecimento da sua especificidade. Para isso, gente, tem uma coisa muito importante, que a Fagna falou, a Fran falou: combater a lógica contábil das decisões governamentais. Porque não é “ah, mas vai abrir uma sala com esse número, vai gastar um recurso”. Não é um gasto de recurso, é um investimento. Então essa lógica mais engessada, que não reconhece, inclusive, o movimento da matrícula da EJA – porque a EJA não faz matrícula só em janeiro, gente, como as crianças, é o ano todo. Tem gente que chega em setembro na escola e fala “quero estudar”, porque demanda de um monte de escolhas para a pessoa poder chegar. Então essa lógica contábil não reconhece a legitimidade dos atendimentos. E é isso que vai fazendo com que a cada ano se reduza.

Tem que contabilizar a demanda. Nós temos demanda, potência... Isso é política pública. O que nós estamos fazendo para essa demanda chegar na rede municipal de educação? Isso é um debate importante, uma cobrança importante, inclusive, para que a Secretaria faça. E perceber o motivo das escolhas das escolas, porque isso é uma coisa importante. Tem gente que quer estudar perto de casa, tem gente que quer estudar perto do trabalho, tem gente que quer estudar na metade do caminho. Então tem que ter escola nas avenidas também, não é só a escola do bairro, tem que ter as escolas que estão em vias de acesso. Tem escolhas que tem a ver com a própria lógica do território, do percurso. Não é assim: “Ah, você não conseguiu aqui, eu vou te mandar para essa escola que fica...” A pessoa não vai, porque, às vezes, a turma dela está naquele território. Então tudo isso obriga a ter um olhar diferenciado para viabilizar a demanda da EJA.

E aí eu queria problematizar o conceito da busca ativa.

Gente, busca ativa, que está agora em todos os documentos da SME, a EJA faz e faz tempo. O que fazemos no nosso dia a dia da EJA? Mandar carta para o aluno, ir na casa do aluno, ligar para o aluno, mandar o áudio para o aluno. Isso é a nossa realidade. Tem aluno que vai, que volta, e que vai concluir só na quinta vez. Então a busca ativa, ações para manter o vínculo, isso a EJA faz há bastante tempo. Agora, se formos voltar ao conceito da busca ativa, é olhar para os dados georreferenciados, inclusive, pela desigualdade territorial, e ter ação para

que esses sujeitos voltem para escola. Então o que eu vejo hoje é uma cobrança atrás de cobrança da escola. E eu garanto para vocês: as escolas estão fazendo o que está no seu horizonte.

Agora eu pergunto à Secretaria Municipal de Educação: quais são as ações para dar conta dessa demanda potencial na cidade para a permanência desses alunos, para a não mais redução, mas ampliação? Porque nós respondemos pelo que nós fazemos. E está correto, somos servidores e servidoras, e estamos aqui para fazer o nosso melhor. Agora, o Poder Público vai só contabilizar, cobrar as escolas? O que a Prefeitura pode fazer para viabilizar melhores ações para garantir o acesso e a permanência?

Eu vou dar exemplo: aquele aplicativo do material escolar. Eu juro que depois do que representou o fiasco – que não tem outra palavra para falar – do ano passado... E eu queria saber esse número: quantos estudantes acessaram o material escolar do ano passado? E é direito deles, hein. E aí, esse ano, “Ah, melhoramos o aplicativo”. Gente, na EJA tem gente que não tem celular. E até hoje não tem. “Ah, vai ter uma cota para aquela pessoa que não tem. Eu perguntei na minha DRE, e até hoje eu não tive a resposta. E isso é um exemplo de uma política que não garante a permanência.

Vou dizer também sobre o Bilhete Único. É complicado, é difícil. Por que não tem isenção do Bilhete Único para os estudantes da EJA? Por que não aumenta o número de passagens? O pessoal fala: “Eu não vou estudar porque eu não tenho dinheiro”. Isso seria uma política: ampliar o número de passagens do bilhete estudantil. Isso está na mão da municipalidade. Isso a escola não pode fazer. E isso seria um bom exemplo de uma política que possibilitaria a permanência.

Para terminar, sobre a questão da campanha.

Obrigado, Fran, por colocar.

Nós não queremos campanha. Agora, gente, não tem nem cartaz no ônibus. Não dá para a Prefeitura colocar um cartazinho? “Volte a estudar”. Ponham nas UBSs. Ajudamos a fazer uma arte bonitinha. As escolas fazem isso por conta, mas utilizar os mecanismos oficiais que

existem para divulgar ajuda.

Mudar a lógica para a abertura de salas. Não é dinheiro desperdiçado, é investimento feito. E tem que ser proativo, temos que querer ampliar o atendimento, porque tem público, porque tem gente precisando.

Sobre essa questão do benefício, nós temos que problematizar o que são os benefícios por aplicativo. Eu tenho dúvida. Eu acho que quem mais se dá bem nesse negócio são as empresas grandes, porque mesmo a ideia inicial de “ah, a pessoa vai comprar no bairro”, é mais ou menos, porque, em cada região, acaba indo na Kalunga, acaba indo na Pernambucanas, por uma série de razões. Então nem está ajudando o pequeno empresário. E é uma dificuldade para os alunos poderem acessar. Então isso também tinha que mudar.

E fortalecer a autonomia das escolas. Chega de ações que fazem com que tenhamos que ficar mais moldados. Isso tudo impede que consigamos construir.

E eu acho que tem que acionar todo mundo – Ministério Público, a sociedade –, porque é um problema que todo mundo tem que enfrentar. Agora, nós estamos numa situação muito difícil, historicamente, com os números. E nós estamos assistindo. Está todo mundo tentando, as escolas tentando, mas é um pouco: “Ah, reduziu, reduziu e reduziu”. E vai reduzindo.

Enfim, então eu queria colocar essas questões.

E um observatório de vagas regional. Olhar para a cidade. Ver como está cada região, se está aumentando, está diminuindo, como é que faz. Organizar a estrutura para poder olhar, cobrar e avançar nisso.

É isso. Agradeço bastante o debate com todo mundo. E estou com expectativa que consigamos ter mais ações para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na rede municipal de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Laura.

Agora nós vamos escutar a Adriana Fernandez.

A SRA. ADRIANA FERNANDES – Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer aos Vereadores e a todos os presentes na Casa pela oportunidade de escuta e de

diálogo para que possamos em ações efetivas para a EJA.

Eu gostaria de dizer que a Secretaria Municipal de Educação está à disposição. O que for da minha técnico-pedagógica será respondido; o que não for vai ser conduzido ao Secretário.

Foram muitos apontamentos realizados agora pela manhã. Mas eu gostaria de trazer um trecho que a Fagna trouxe inicialmente, quando ela falou do direito à educação.

Concordo, a educação é direito de todos. Está posto na Declaração dos Direitos Humanos, na nossa constituição, na LDB. E nós, como divisão técnico-pedagógica, estamos trabalhando para garantir esse aprendizado de todos os estudantes, jovens e adultos. E assim eu posso reafirmar o nosso compromisso pedagógico.

Agora, sobre as questões que foram levantadas, eu vou começar pelo finalzinho, com relação à busca ativa.

A Flávia falou bastante da questão de redução do número de atendimento, e que a escola já faz busca ativa há bastante tempo. Isso é verdade. As escolas que atendem a EJA já fazem há muito tempo a busca ativa: entram em contato com os estudantes, mandam carta. Eu sei porque eu já fui professora da educação de jovens e adultos. Hoje eu estou na Secretaria, mas já fui professora de EJA – do CIEJA, especificamente –, e eu sei que esse trabalho é muito efetivo.

Como Secretaria nos cabe fazer essa busca ativa. E nós, da Divisão de Jovens e Adultos da Secretaria já estamos num trabalho de busca ativa. Já gravamos dois vídeos de divulgação sobre formas de atendimento e que vai convidar o munícipe a fazer a matrícula nas escolas. E também convidar esse estudante evadido. Nós também estamos confeccionando cartazes, que serão distribuídos não somente nas portas das escolas, mas em locais de grande circulação, como a Flávia bem trouxe – nas UBSs. Estamos conversando com a Secretaria de Transporte sobre a possibilidade também de divulgação dos ônibus.

O trabalho relativo ao EJA é justamente esse: divulgar e dizer para esse munícipe que existem formas de atendimentos diversas que e uma delas se encaixa na necessidade dele.

E que essas matrículas realmente são abertas durante todo o ano. Nós estamos trabalhando, estamos empenhados nisso. Então o que nos cabe quanto à busca ativa está sendo feito. Estamos com um plano de ação para trazer esses municípios para as escolas. E essas são algumas das ações de busca ativa.

Outra questão também que foi visto pela Fran, se não me engano, é a questão da formação continuada, quando ela falou que a formação dos professores precisa acontecer de forma diferenciada.

Essa formação continuada dos educadores deve ocorrer de forma a atender as necessidades reais, ela não tem que ser realizada para compor um calendário ou para dizer que foi feito. Então, em nome da Divisão de Jovens e Adultos, no que compete ao pedagógico, nós estamos abertos para um diálogo, para que possamos conversar, discutir, sobre o que nós podemos replanejar dentro das nossas ações para que essas formações possam realmente ser efetivas e atender as reais necessidades dos professores que estão lá na ponta.

Outra coisa trazida foi a questão da flexibilização.

A flexibilização já ocorre nos CIEJAS, porque o trabalhador está num horário de trabalho hoje, e daqui a alguns dias ele pode ter uma alteração de trabalho. E o CIEJA já realiza esse trabalho de flexibilização já há bastante tempo e de forma efetiva.

Agora, quanto à EJA Modular, o que posso dizer que é estamos realizando um GT para discutir o nosso projeto da EJA Modular.

Sobre essa questão de flexibilização, nós já iniciamos a conversa. Vai ser um ponto também importante para alinhamento das discussões para que esse novo projeto da EJA Modular também possa atender essa questão da flexibilização e outras questões que nós entendemos que são emergentes para os estudantes no momento.

Quanto à formação da cidade, o que eu posso dizer é que ela visa, como diretriz, aspectos relacionados ao fortalecimento das aprendizagens, recuperação contínua, a priorização curricular. E também os diversos componentes do currículo. Ela está sempre muito pautada no currículo. E como foi bem dito, ela não ocupa todo o momento formativo do professor, é uma

parte da formação. E nós, como Divisão de Jovens e Adultos, estamos trabalhando para que esse material, toda essa formação da cidade, dialogue realmente com as especificidades da EJA.

Bom, eu acredito que para o momento é isso. O que eu não respondi agora prontamente é porque há algumas questões que realmente estão além do pedagógico, mas elas foram anotadas aqui e irei encaminhá-las ao Secretário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Vamos para as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Roberto Bezerra dos Santos, professor.

O SR. ROBERTO BEZERRA DOS SANTOS – Bom dia a todos, a todas, a *todes*.

Vou pedir licença para tirar a máscara, porque fica difícil para falar.

Gostaria de agradecer, na figura do Vereador Toninho Vespoli, a participação nesta audiência pública tão importante que trata sobre educação de jovens e adultos.

Falar depois da Fagna, da Fran e da Laura torna a nossa missão bem mais fácil, porque muito que tínhamos organizado para falar já foi tocado aqui. Então vamos tentar, de forma breve, reforçar essas questões.

Estamos na casa do povo, embora saibamos que algumas parcelas da população paulistana são tão sub-representada.

Gostaria de dizer que eu, ao assumir esse microfone, não falo somente por mim. Então eu quero agradecer aos meus colegas educadores. Agradecer, principalmente, aos meus alunos e às minhas alunas de ontem e de hoje, porque é por eles que eu estou aqui.

Eu sou professor desde 1996, trabalhando na educação pública desde então.

Desde 2022, eu estou na Prefeitura de São Paulo como professor de língua portuguesa. Desde 2003, na Prefeitura de Diadema, especificamente com educação de jovens e adultos. E Diadema também tem uma história muito interessante de EJA.

Desde 2009, estou na sala de leitura da Escola Municipal de Ensino Fundamental EMF Deputado João Sussumu Hirata, na DRE Santo Amaro.

Aliás, um parênteses: estamos completando 50 anos das salas e espaços de leitura,

que é um espaço privilegiado das escolas municipais de São Paulo e que devem ser sempre valorizados e preservados. Vira e mexe sofremos algumas ameaças de descaracterizações desse espaço. Então faço essa ressalva.

Obviamente, pensar nessa questão da EJA é falar um pouco desse histórico, no qual já tocaram aqui. Em tese, um país que tem uma necessidade tão grande atender público de educação de jovens e adultos é um pouco da marca história do fracasso escolar e do fracasso também socioeconômico do nosso país, porque é uma amostra de que a garantir do direito à educação não foi assegurada aos cidadãos do país. E percebemos que isso continua, como foi apresentado pela Fran, pela Laura, pela Fagna também. Então eu não vou chover no molhado e falar sobre essa questão histórica. Só queria reforçar que se tivéssemos, de fato, um país mais justo, humano e solidário, estaríamos discutindo outras questões e não educação de jovens e adultos.

Entretanto, como é necessário fazer essa discussão, que tratemos essa discussão com a seriedade que ela merece. Nós temos que garantir uma defesa de escola pública laica, científica, humanizadora e de qualidade social para todos os nossos estudantes, sejam do regular, sejam da educação de jovens e adultos, esses que por algum motivo – reforçando o que foi dito anteriormente, por marcas de privação de direitos como moradia, trabalho em emprego, marcas relacionadas ao machismo, racismo, LGBTQIA+fobia, e tantos outros processos de exclusão que temos no nosso país e que empurram uma população do passado e do presente para ser demanda de hoje, demanda real e demanda potencial, como foi muito bem colocado pela Laura.

Então, temos a EJA como uma possibilidade de garantia de correção de algumas dessas injustiças e privações de direitos. Esses nossos alunos são cidadãos de direitos. Eles merecem e têm o direito de ter essa sua etapa garantida. A educação tem que ser, de fato, garantida para todos em todas as etapas. Para isso, fazemos, obviamente, a discussão com os próprios alunos, com os professores da EJA, que trazem algumas propostas.

Algumas das propostas que foram debatidas na escola em que eu trabalho: essa

questão da divulgação das vagas da EJA nas mídias, fazer esse trabalho institucional, porque os professores, a escola, tem ido à feira, às comunidades, a tal da busca ativa que já fazemos há algum tempo; a questão da condução, isso os alunos trazem, às vezes, eles não têm dinheiro. Então, qual é a política deste Município para garantir que os estudantes cheguem à escola e tenham esse acesso ao ônibus, à condução; a reabertura das escolas em todas as regiões onde a EJA foi fechada, porque tem demanda; e o apoio à construção de material específico para EJA. E problematizamos: chega uma material, mas pasteurizado. Temos uma produção de material específico para EJA nas escolas, mas, muitas vezes, a escola não tem uma impressora, uma copiadora, folhas de sulfite para garantir essa questão. É importante.

Temos, também, que entender que precisamos garantir uma ampliação de repertório, de acesso e de oportunidades para esse público: acesso à cultura, assistência social, esporte, trabalho, emprego a partir da EJA que eles frequentam. Eu estou, por exemplo, no território de Cidade Ademar que não tem uma casa de cultura, um centro cultural – uma luta antiga da sociedade civil, mas precisamos garantir que os alunos acessem esses espaços, que tenham condução, transporte e possibilidade de ocupar o seu território e os equipamentos que ali existem de cultura, esporte e lazer, enfim.

Para encerrar, porque o tempo urge, temos que seguir nessa luta pela educação pública de qualidade, laica, humana, científica e com qualidade social para todos.

Tenho um poema produzido chamado *Ainda não*, que acho que sintetiza um pouco do que eu acredito como EJA. “Ainda não.

A gente ainda não tem a escola que sonha e merece

Ainda não tem a justiça social

Ainda não tem uma sociedade livre de preconceitos e intolerância

Ainda não venceu o machismo, o racismo e todo e qualquer tipo de discriminação

Mas em vez de enxergar isso com olhar presunçoso e pessimista

Meu olhar é esperançoso

Ainda não”

Então, a gente está nessa busca, faz a luta com arte, poesia pela educação, e, para encerrar mesmo, vindo para cá, descendo na Praça da Sé, dois moradores em situação de rua me pediram “cadê o seu sorriso de bom dia, cadê o sorriso da manhã”. Eu tirei a máscara e outros também, e sorrimos. Foi o que eu pude oferecer para aquele morador naquele momento. E penso: a escola faz parte da teia de proteção social do nosso país. Por que será que aquelas pessoas estão ali? Muito provavelmente devem ter sido alijadas da escola. Esta cidade que como diz Chico Buarque na peça *Os Saltimbancos*, “hoje sorri e amanhã te devora”.

Vamos parar de devorar gente. Vamos tratar ser humano como ele merece ser tratado.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – A próxima oradora é a Norma Lúcia Andrade dos Santos, do Sinesp.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS – Bom dia a todos e todas. É um momento importante este em que estamos fazendo essa discussão da EJA. Ele estava falando e, quando passou pela Sé, eu também passei. Eles falaram, e, a gente, automaticamente, tira a máscara e entrega um sorriso.

Eu sou Norma, Presidente do Sinesp hoje, mas sou uma pessoa que entrei na rede municipal em 1990, fui trabalhar com jovens e adultos. Pensando esses dias sobre essa questão, quando eu comecei na rede tinha muita formação. Nós tivemos capacitação constante para que pudesse realmente entender o que era a EJA e poder trabalhar ali.

Sou da região de São Mateus, uma região em que muitas salas foram fechadas, como em toda a cidade de São Paulo. Quando essas salas são fechadas, a gente se pergunta: a quem está servindo? A que projeto está servindo isso, porque nós sabemos que, quando um jovem, um adulto sai novamente da EJA, ele não volta mais, porque ali ele tentou resgatar um sonho, tirando forças, muitas vezes, a gente não sabe como ele consegue voltar para aquele ambiente escolar. E, quando ele sai novamente, nós não conseguimos mais resgatar. Isso é um projeto do governo, porque, nesses últimos três anos, tivemos muitas rupturas em relação à

educação de jovens e adultos. Uma dessas rupturas nós temos que denunciar que é a questão do financiamento. Foi cortado o financiamento no âmbito federal.

Até a Fran trouxe que, quando fecha a Secretaria de Educação Continuada, uma das responsabilidades dela era a questão da EJA, foi uma opção política; quando temos na BNCC que vem e que não apresenta no começo dela, diretrizes para a educação de jovens e adultos, não é um mero esquecimento. É uma opção política.

Nós percebemos que na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo essas opções continuam também. Ela vai no âmbito federal, estadual e municipal. E nós temos que fazer essa denúncia. Porque isso demonstra um projeto de sociedade. Qual é a sociedade que nós queremos? Essa sociedade que vai continuar excluída? Essa sociedade que não tem acesso? Porque muitos deles não tiveram acesso. Outros saíram e não estão tendo condições de retornar.

Na minha visão é complicado não haver chamada pública para EJA. Tem que ter. Muitas escolas colocam seus cartazes e fazem o seu trabalho dentro das unidades, mas esse projeto tem que ser da cidade. Nós temos que pensar numa cidade que faz chamada pública para que os meninos possam voltar a estudar, todos eles, mas isso não se faz. E isso está relacionado com recursos. Fiquei muito feliz porque a Adriana, responsável por SME, falou que haverá, mas a gente quer muito mais.

Nós precisamos de materiais adequados. Precisamos de uma formação continuada para os profissionais que trabalham na EJA. Mas estão sempre fazendo rupturas.

Trabalhei durante cinco anos no CEMES que hoje é o CIEJA. É um local de respeito que traz uma dignidade aos estudantes que é impressionante, mas isso não tem que ser apenas nos CIEJAs tem que ser em todas as escolas que tenham a modalidade de educação de jovens e adultos.

Para terminar, eu gostaria de solicitar, dentro desta audiência que tivesse mais investimento em formação e capacitação. Isso é primordial. Que déssemos para jovens e adultos condições de escolherem onde é melhor para eles estudarem. Não ter escolha também é colocar

esse menino novamente para fora das unidades educacionais.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Norma.

O próximo orador presencial é o Rogério Marcos de Melo. Depois, vamos para os inscritos que estão online.

O SR. ROGÉRIO MARCOS DE MELO – Eu vou tirar a máscara, me desculpem porque não consigo falar com ela. Primeiramente, bom dia plenário, bom dia Mesa, ao pessoal que está online, professora Adriana. Queria agradecer ao mandato do Professor Toninho Vespoli de estarmos neste momento iniciando um processo que espero que seja permanente também na luta da EJA e que ele se espalhe por todas as regiões da cidade.

Tudo o que foi dito aqui trouxe também um grande aprendizado para mim. As palavras da Fagna, da Franciele e dos dois colegas que me antederam. Estamos sempre aprendendo com os depoimentos, com as vivências, com as práticas que as pessoas trazem da EJA.

A mim, Rogério, professor de História, trabalho na DRE Penha numa escola chamada EMEF Otelo Franco que está sofrendo um ataque muito grande e, provavelmente, neste ano, teremos o fechamento da nossa EJA. Para mim, é muito triste estar aqui lutando por uma coisa que, por lei, já deveria estar assegurada que é manutenção da EJA.

Vemos que está na Constituição Federal, na Constituição Estadual, está no ECA, na LDB, nos pareceres da CNN, em todas as leis. Então, a obrigatoriedade já está ali explícita, e vamos ter que defender uma coisa que, por si, só já é legal.

Vamos lá. Têm dois pontos que considero importante: não vamos entrar em detalhes que já foram colocados de forma muito bem pelos colegas que me antecederam, mas eu queria referendar a fala dos meus alunos da EJA, destacando o medo, a preocupação que eles têm com o fechamento das salas e, no futuro, o fechamento do EJA.

Em outubro, nós tivemos uma reunião na SME, na qual a Secretária Adjunta sinalizou que haveria uma reestruturação da EJA para este ano. Quando nós começamos a comentar isso

com os alunos, eles começaram a mostrar uma grande preocupação e, ao mesmo tempo, desconfiança, ceticismo. Eu comecei a ouvir na minha escola perguntas deste tipo: “professor, como é que acontecerá isso? Quando vai ocorrer esse processo? Nós seremos ouvidos? Será garantido para nós não somente o acesso, mas nós, realmente, permaneceremos no local que nós escolhemos, levando em consideração o local onde nós trabalhamos, moramos, o deslocamento que nós fazemos do nosso trabalho para a escola? Que tipo de investimento eles vão fazer na nossa estrutura? O que eles vão garantir para nós? Nós vamos continuar jantando na escola? Nós vamos ter material? Como seria a nossa formação para nós podermos nos apropriar da tecnologia?” – como foi dito aqui, durante a pandemia, os alunos da EJA foram os mais prejudicados. E o aluno da EJA não tem celular; não teve acesso durante a pandemia.

Grandes dúvidas: “professor, eles vão reduzir o número de alunos por sala de aula?” porque os alunos acham que quanto maior o número de alunos na sala de aula, mais difícil fica o aprendizado para eles. E tem outra coisa importante “a gente poderia fazer essa matrícula na própria escola, professor? Porque a gente, às vezes, coloca o nome lá na escola, e nosso nome não está mais na escola”.

Essas falas vão acontecer logo, logo, pelos alunos porque eles são os protagonistas da EJA. Têm que ter o respeito à dignidade. Eu tenho aluno em situação de rua estudando na EJA. Essa pessoa tem dignidade, mesmo morando na rua, de continuar estudando. Então, tem que ter o respeito com esse aluno.

O segundo ponto que vou tratar é sobre a juvenialização da EJA. Na minha escola, isso foi uma coisa que aconteceu muito. Só que, com a pandemia, aconteceu uma evasão muito grande dos alunos que estavam nos anos finais do regular. Esse fenômeno, em algum momento, vai mostrar que houve falha da sociedade, da família e da própria escola. A Laura acho que colocou isso, porque, um dia, a própria escola excluiu esses alunos do estudo. Esse quadro se agravou ainda mais com a pandemia, que levou esses jovens a desistirem da escola com 15 ou 16 anos porque eles tinham que procurar ofertas no mercado de trabalho para aumentarem a renda da família e, em muitos casos, serem a própria renda da família.

Esses jovens, com toda a certeza, serão cobrados na sua escolaridade, para concluírem seus estudos. Caso não consigam concluir seus estudos – porque uma hora vão ter que retornar para a escola, cuja opção será a EJA -, se não retornarem aos estudos, vão aumentar, exatamente, esse quadro que o pessoal colocou do aumento do analfabetismo, da população com 15 anos ou mais, de acordo com o IBGE, como foi colocado, está por volta de 6% da população, mais ou menos, 11 milhões, como a Laura colocou. É muita coisa.

Uma coisa muito interessante que queria falar também é a questão da universalização. Eu gostaria de tocar nisso porque a EJA está sendo precarizada em nome de se priorizar o ensino primário, o ensino básico. Como “se a gente tiver uma educação básica de qualidade, não vai precisar ter educação de jovem e adulto”. Esse é um grande erro.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui, dizendo que o meu compromisso com a EJA vem desde – estou na Prefeitura há 25 anos, portanto, mais de duas décadas lecionando na EJA, sempre lutando, exatamente, contra isso: falta de investimento, descaso, desvalorização.

Eu gostaria de terminar citando uma frase do nosso amado Paulo Freire: que eu gostaria que fosse ouvida e acolhida, principalmente, por quem dirige esta cidade, que faz as leis, têm a obrigatoriedade das leis e dificilmente cumpre essas leis. Esse recado é para o nosso querido Prefeito e para a nossa Secretaria Municipal de Educação: É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.

É isso que nós esperamos, a SME espera do Poder Executivo desta Cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Rogério. Vamos agora às inscrições *on-line*. Rosana de Oliveira Nascimento, da Aprofem. Bom dia, são cinco minutos.

A SRA. ROSANA DE OLIVEIRA NASCIMENTO – Tudo bem. Bom dia a todos. Eu quero agradecer a oportunidade ao mandato do Vereador Vespoli, para estar aqui, hoje, podendo

contribuir com esta audiência pública.

Eu sou diretora de escola há 25 anos, e sou também da Diretoria da Aprofem. Eu vou contar uma história porque ouvi, nas falas aqui repetidas, a minha história de vida. Sou filha de retirantes nordestinos, minha mãe não teve acesso à escolaridade na época certa e, depois de adulta, já comigo - já tinha nascido eu e minha irmã - ela foi estudar, antigamente se chamava supletivo a educação de jovens e adultos. Ela foi estudar e nesse momento em que pra lá ia, eu ficava na casa da vizinha porque não tinha com quem deixar. Foi assim que ela conseguiu estudar e fazer algumas coisas. Ela trabalhava durante o dia, como empregada doméstica, e à noite ia estudar.

Nas falas que ouvimos de pessoas que me antecederam, há muito dessa interseccionalidade. Então o que mais é preciso nessa educação de jovens e adultos? Nós ouvimos naquelas falas que várias são mulheres – e as pessoas que mais precisam são carentes – de áreas de vulnerabilidade. Nós morávamos aqui, no extremo da zona Leste, e eu diretora em São Miguel Paulista, então a história é de mudança ou de permanência. Quando então teremos uma mudança de fato? Estamos no séc. XXI, fazemos parte de uma rede imensa que tem condições de promover qualidade para todos. E, de fato, temos de discutir como podemos alcançar essa qualidade. Como é que nós podemos acessar essas pessoas para que fiquem, de fato, para que permaneçam na escola? Para minha mãe a questão era ter a possibilidade de ascensão, em vez de ser faxineira poder ser cozinheira, ler as receitas. Depois ela ultrapassou, chegando a fazer o antigo Magistério, e isso foi muito importante na vida dela. Mas o mais importante é poder garantir que as pessoas sejam, de fato, cidadãos, sejam pessoas. E quando é falado que há empresas que não propiciam isso aos seus funcionários, isso é terrível porque nós precisamos de pessoas mais educadas.

Aqui no Sindicato, a Aprofem sempre esteve muito atenta a essas questões, sempre defendeu a questão de uma EJA de qualidade porque são essas pessoas que mais precisam. Temos entre os nossos filiados, temos alguns chamamentos que é sempre muito em relação ao fechamento de salas. Então é rever: qual é a justificativa para o fechamento de salas? Também

rever a questão de o cronograma de matrícula ser menos fechado; e à questão da divulgação.

Eu, enquanto estava na escola, estive uma época numa EJA que foi fechada em 2005, se não me engano, eu saí dessa escola depois, nós, professores, íamos aos domingos na feira e entregávamos panfletos. Então essa divulgação que a Adriana falou será feita agora pela Secretaria, será muito bem-vinda.

Na questão da formação nós já tivemos gestões com formações excelentes para esses professores porque o professor tem a sua formação inicial, mas a especificidade com o tratamento para o aluno do EJA, é muito assim para você atender, até porque antes tínhamos mais pessoas com mais idade, adultos, e agora nós temos jovens acessando o EJA. Então nós precisamos ver isso, e isso tudo vamos levantando devido à questão da nossa vivência e também quanto à questão dos nossos afiliados da Aprofem. E com essa formação nós vamos atender melhor esses jovens e esses adultos. Também com a flexibilização do horário, com a questão também da merenda, tudo isso foi colocado pelos nossos afiliados, e nós acreditamos muito que nesta comissão possamos, de fato, estar tendo voz. A escuta que fizemos com os nossos afiliados, com a escuta que estamos fazendo agora, que chegue realmente ao poder público e veja o que podemos fazer. Por muito tempo as iniciativas foram individuais, mas quando são, de fato, as do Estado serão mais efetivas, e não que não iremos nos responsabilizar porque eu acho que a responsabilização é de cada um de nós também.

Espero ter contribuído enquanto cidadã, mulher, negra, filha de retirantes nordestinos, afiliada da Aprofem, da Diretoria da Aprofem. Espero ter colaborado e me coloco à disposição para as próximas discussões com as quais possamos contribuir.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Rosana. O próximo inscrito *on-line* é Eloir Silva.

O SR. ELOIR SILVA – Olá, bom dia! Inicialmente, quero cumprimentar a todos, agradecer à Comissão pela oportunidade de nos dar voz. Sou diretor de escola, trabalho na zona Leste da Cidade, estou ligado à Diretoria Regional do Ipiranga. Estou na rede há mais de 30

anos, e antes de assumir a direção no último concurso, estive em sala de aula no EJA Regular, depois no EJA Modular.

Nesse sentido, acho que a minha contribuição vem da reflexão sobre a gestão pública porque gerir contratos, gerir números, gerir quantitativos, traz eficiência, traz eficácia para os serviços, mas nada substitui a gestão humana. Quando falamos de EJA, a quantas pessoas nós nos referimos? Quantas pessoas que no percurso da vida não conseguiram concluir ou estiveram à margem do acesso à educação? O que eu percebo é que quando tratamos apenas de números, de cálculos financeiros, nós fechamos oportunidades, possibilidades de muitas vidas se tornarem mais produtivas do que já estão sendo. É até uma contradição porque quando você inibe o acesso exclui também um potencial produtivo muito grande. E aqui não é um discurso de esquerda, não é um discurso de direita, não é um discurso ideológico-partidário, é um discurso de educador que vê na EJA um grande potencial de transformação. E a política que está sendo adotada se resume muito mais às planilhas do que às pessoas. Um exemplo concreto: eu fecho turmas de EJA porque não há demanda, quando o princípio da discussão deveria ser o contrário. A Prefeitura, o poder público não deveria ofertar para que a demanda ocorresse porque se eu só vou abrir turmas se tiverem inscritos, eu estarei limitando o acesso porque a demanda se dá ao longo do tempo. O correto seria oferecer a vaga, oferecer a possibilidade para, depois, no percurso, analisar se deverá ser ampliado ou reduzido.

Fica aqui então a minha contribuição com essa reflexão: se a demanda deve atender ao cadastro, deve atender a procura ou a Prefeitura deve assumir porque o recurso público tem a finalidade de atender à sociedade? Então, a maneira como está sendo tratado o recurso público atende à sociedade ou simplesmente é uma gestão de números e negócios? Se atender a sociedade, eu acho que o princípio tem de ser revertido: ao invés de atender ao cadastro deve sim ofertar o serviço para que os territórios da Cidade tenham pontos de referência para moradores de rua, moradores abrigados, moradores de periferia, moradores de albergues, moradores de cortiços, moradores diversos da Cidade. Ou mesmo às pessoas que estão há muito tempo fora da escola, têm seu comércio, tem seu negócio, que eles possam voltar à escola

e concluir seus estudos. E que essa escola seja mais bem pensada, a EJA precisa ser pensada, o projeto Modular avançou na reflexão, mas está parado há muito tempo, e é projeto inclusive, não é uma política pública.

Agradeço o espaço, agradeço a todos, e felicito todas as contribuições dadas porque é fulcral termos uma EJA de qualidade na Prefeitura de São Paulo e no País.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Eloir. O último inscrito *on-line* Juscelino Passos Pereira de Almeida. (Pausa) Não? Ele não entrou.

Agora nós temos quatro vídeos de alunos. Só para Aline saber, nós visitamos – eu e minha assessoria – bastante escolas que tinham EJA, conversamos com os alunos que nos falaram: “eu não posso estar lá, eu trabalho de manhã, estudo à noite, não tenho condição de estar lá”. Então nós pegamos pelo menos uns quatro e filmamos eles falando, para que os alunos também pudessem ter voz aqui, neste momento, porque eu acho que são os mais interessados na EJA.

- Apresentação audiovisual.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Adriana, eu tenho umas perguntas. Aqui na cidade de São Paulo nós temos, pelo menos no último dado que eu vi, em torno de 195 mil analfabetos. Imagino que a pandemia deve ter agravado essa situação. Foi falado bastante da responsabilidade da Prefeitura de fazer chamamento ativo. Você falou que agora está se produzindo cartaz que vai colocar nos lugares, isso e aquilo.

Quando a gente fala, não tem a ver só com essa administração, mas vou falar das três administrações que eu peguei enquanto vereador. A gente não vê a Prefeitura fazendo esse chamamento. O que a gente vê nas unidades escolares, quem é militante da EJA, vamos dizer assim, é até pagando dinheiro do seu salário com carro de som, saindo na comunidade, indo falar com o pastor, com o padre, com as lideranças que têm no bairro para ver se eles conseguem incentivar as pessoas a ter pelo menos a informação que está tendo lá um cadastro, na escola, para que as pessoas possam depois efetuar a sua matrícula.

O que eu estou querendo falar com isso é assim: se nós temos 195 mil analfabetos

e a Prefeitura pode ter essas iniciativas, e eu acho que a unidade muito mais, pelo menos isso que eu ouvi nesse tempo todo. Você não acha que a gente teria de ousar mais para fazer esse chamamento, a Prefeitura ter essa maior responsabilidade? A gente até construiu um projeto de lei, que está para votar em segunda votação, que a Prefeitura teria de fazer chamamentos, mas realmente em grandes meios de comunicação, porque você tem que atingir as pessoas; desde rádio, tevê, como redes sociais.

Queria saber se a gente pode contar com o apoio da Secretaria para que, passando esse projeto aqui, a Secretaria trabalhe juntamente com outros setores do governo para que a gente possa ter essa lei sancionada; se tem acordo com você e que você poderia ajudar a gente, ser a ponte no Governo para que isso pudesse ser efetivado.

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – Essa questão, Toninho, da busca ativa bateu assim... Eu também sou militante da EJA, então quando eu assumi a frente da Divisão de Educação de Jovens e Adultos, uma coisa que me chamou muita atenção era essa Meta 10 do Plano Municipal de Educação, que está em superar o analfabetismo de jovens a partir de 15 anos. Aí surgiu a ideia: nossa, como que nós vamos superar, se essas pessoas estão fora da escola? Então esse foi o primeiro ponto.

O segundo ponto é que nós, da Divisão, temos formações mensais tanto com os gestores do CIEJA quanto os formadores das três diretorias regionais. Essa questão do fechamento das salas também nos foi dito diversas vezes. Então o que nós conversamos também enquanto equipe, depois eu conversei também com o gabinete pedagógico de Coped e com os outros setores da Secretaria, que seria fundamental uma divulgação, uma busca ativa grande, um plano de ação para que pudesse realmente ir além da divulgação da escola.

Então, quando nós pensamos em vídeos, nós pensamos em dois tipos de vídeo: um vídeo para que possa circular, ter uma circulação maior, e aí nós já conversamos com o pessoal da Ascon, que é a Assessoria de Comunicação da Prefeitura, para que possa fazer esse diálogo também intersecretarias, para que essa divulgação também ocorra. E as grandes mídias nós também estamos conversando, vendo o que a gente consegue viabilizar.

Agora, o outro vídeo que nós pensamos é um vídeo mais curto, a intenção é que ele possa rodar nas redes sociais, que ele possa rodar nos aplicativos, porque nós entendemos que um vídeo que seja divulgado somente no portal da Secretaria não vai atingir todos os munícipes, porque nem todos os munícipes têm acesso ao portal.

Então por isso a nossa ação de busca ativa, com a gravação dos vídeos, os cartazes, essa articulação com outras secretarias para divulgar. Ontem mesmo estive em outra Secretaria em reunião, já conversei também sobre a possibilidade de ampliação dessa divulgação. Então é um trabalho nosso. Nós entendemos que, para conseguir atingir a nossa meta de atender os munícipes analfabetos, nós temos que trabalhar forte. Então já há um movimento da própria Secretaria, não só da Dieja, em prol dessas ações.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Então você acha interessante o projeto de lei nesse sentido, que garanta nos meios de comunicação de massa a possibilidade de a Prefeitura fazer esse chamamento?

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – Toninho, essa ação já está sendo realizada. Eu acredito que, a partir dessa iniciativa de busca ativa, seja algo que continue também nos outros anos. Eu penso que não é uma ação isolada para este momento, considerando tudo que foi dito hoje da evasão, falando também dos números que você acabou de apresentar de pessoas analfabetas. Eu entendo que é uma ação contínua, que não vai ser só para este momento.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Assim temos bastante concordância.

Adriana, outra questão, falando das coisas que eu, andando nas escolas, detectei. Algumas já falaram aqui, as expositoras. Tem pessoas que falam assim: “Toninho, eu trabalho em horário 12 por 36, trabalho à noite, trabalho de dia, estou aqui hoje, mas eu falto por conta disso. Eu tenho amigas que só trabalham à noite”. A Secretaria está pensando também em ofertar a EJA em outros horários que não sejam só o noturno?

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – A Secretaria atende o estudante no

período diurno com as 16 unidades de CIEJA. Para a EJA modular, nós estamos trabalhando no novo projeto, porque o projeto, como foi também apontado hoje, é um projeto de 2012, e nós estamos buscando formas de atender a esses estudantes. Então para o momento, pensando em atendimento diurno, nós temos o CIEJA, o desejo de ampliação dos CIEJAs.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Outra questão que a gente viu, mas isso foi praticamente em todas as escolas que nós entramos, vários alunos abordaram isso, falando assim? “Toninho, antes eu tinha a EJA naquela escola”, e aí a pessoa acaba indo mais longe. Tudo bem que ela tem o bilhete de ida e volta, mas o problema que acontece bastante, os bairros não são interligados por transporte público. Então às vezes, mesmo uma escola perto delas não tem uma ligação da casa dela para outra escola, então ela tem que estudar em um lugar muito longe. E isso dificulta bastante o trabalhador e a trabalhadora, porque eles estão na periferia, saem geralmente do centro expandido até chegar lá, depois ainda têm que ir até a escola que não é perto, não tem interligação. E o problema não é nem chegar depois na escola, mas é a volta, porque aí geralmente a pessoa acaba tendo às vezes de ir a pé, andando quatro, cinco quilômetros, porque não tem interligação de ônibus.

Aí eu perguntava também para as pessoas: mas você está aqui, e as outras pessoas que estudavam? Eles não sabiam dizer a quantidade, mas uma boa parte deixava de estudar por conta desse fechamento. E o Eloir trouxe essa reflexão: se a gente pensar na demanda, em atender à demanda, mas não pensar o contrário, de você ofertar e tentar buscar demanda, fazendo inclusive esse chamamento ativo, essa chamada ativa, eu acho que é algo que a Secretaria tinha de pensar.

E aí eu queria trazer caso concreto que eu também acabei pegando. Por exemplo, acaba abrindo o cadastro em dezembro e em janeiro, o tempo é curto. Até para você divulgar que o cadastro está aberto e a pessoa que quer fazer saber dessa informação para ir fazer esse cadastro, nem sempre ela consegue chegar no tempo em que o cadastro está aberto.

Não seria interessante estender esse cadastro para o ano inteiro, de repente? Claro que, se a pessoa fez um cadastro em março, em abril e vai começar no meio do ano, é claro que

vai ter uma ligação, uma maneira de entrar em contato com essa pessoa para saber se ela ainda quer efetivar a matrícula. Mas não seria interessante deixar o cadastro aberto anualmente, o ano inteiro?

E teve uma questão específica, que eu cheguei para discutir essa questão de cadastro com os alunos no Plínio Salgado, da DREM Capela, e, por exemplo, lá tem o sétimo ano que está abarrotado, inclusive tem cadastro lá que daria para abrir uma outra sala. Então tem demanda, demanda comprovada com cadastros, só que a dirigente da DREM Capela do Socorro assim não fez. Eu até quero marcar uma reunião lá para entender o porquê que não se abriu.

E outra questão que acontece bastante, Adriana, nos lugares, por exemplo, lá onde tem as represas, isso não acontece só com os alunos, acontece inclusive com UBS e inclusive também com unidade escolar, de você não conseguir nenhum contato telefônico, porque lá quase não tem antenas, porque é área de manancial, então você não consegue nem conversar com a escola, não consegue nem conversar com a UBS.

Aí a DRE vai confirmar os cadastros, as pessoas já moram em um lugar de ocupação, algumas nem têm celular, outras, quando têm celular, mas não funciona porque é área de sombra, porque é perto de manancial e não tem antena. Aí a DRE liga, não consegue conversar com esse aluno que fez o cadastro, aí ela anula aquele cadastro.

Então eu percebo que às vezes questões burocráticas acabam impedindo a pessoa de exercer um seu direito constitucional. E deveria, do meu ponto de vista, se o contrário, a DRE deveria facilitar a matrícula das pessoas, e não, de certa maneira, por questões burocráticas, impedir que as pessoas sejam matriculadas, porque isso, do meu ponto de vista, é um impedimento. Então eu queria que você, pelo menos nessas DREs onde tem problema de sombra de celular e tudo mais, que fosse conversado sobre isso nas DREs. E também fosse discutida essa possibilidade de o cadastro ser por tempo anual, aberto.

E aí eu já queria, para eu não ficar eu falando e você respondendo, falando e você respondendo... Também nas visitas eu percebi que tem muito pouco material pedagógico

específico para EJA. Eu estava vendo lá professora de Português trabalhando com... Não estava trabalhando, ela me mostrou o material que tinha, que era um material da época do começo da pandemia. E aí ela estava lá com um material pedagógico que ela mesma produziu em fotocópia e que ela teve de arrumar o sulfite e também pagar a fotocópia, as cópias.

O que a SME está pensando nessas questões dos materiais pedagógicos? Porque é muito premente, só visitando você já percebe que tem uma defasagem nisso enorme. Eu posso falar que não tem desde o começo da pandemia para cá. Não posso falar de antes, porque eu visitei e vi os materiais agora. O que a SME está pensando sobre isso?

Bom, falei das localidades, dos materiais pedagógicos. E a última questão é quando estive na SME em outubro, conversei com a Minéa, que ainda estava no cargo como Secretária Adjunta, ela falou de uma modificação da EJA que ia ter. Agora você está trazendo da EJA modular. Essa modificação que a Minéa estava pensando, o que já estava sendo discutido na Secretaria, ou a Secretaria pensa em fazer uma reestruturação de todas as modalidades da EJA? Só para deixar um pouco claro, esclarecido, porque já se passaram quase sete meses dessa conversa que eu tive com ela, aí eu queria saber se vai ter uma mudança em todas as modalidades, ou especificamente da EJA modular.

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – Certo. Essa questão dos estudantes que estão muito distantes de casa, do trabalho, eu entendo que isso vai ser amenizado a partir do momento que houver a busca ativa e esses municípios vão ter possibilidades de mais escolas próximas à residência, porque se há algum chamamento, há uma procura maior, consequentemente a escola tem que abrir para atender o munícipe. Então, se tem demanda, a escola precisa abrir salas de EJA. Acreditamos que a partir desse trabalho intensivo de busca ativa nós vamos conseguir ter escolas mais próximas, por exemplo, desses estudantes que estão muito distantes.

Essa questão do cadastro eu registrei aqui. Eu, particularmente, não sabia dessa dificuldade que você destacou, pela sombra do celular, porque tem sinal, aí quando a demanda liga para conferir as pessoas ali da lista que estão aguardando...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – E tem ainda também lugares que é cadastro *on-line*, aí a pessoa não é alfabetizada, não sabe ler, ela não tem condição também de fazer o cadastro *on-line*.

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – Essa questão do cadastro *on-line*, da demanda, nós, da Secretaria, podemos conversar com o setor de demanda da própria Secretaria, para que a gente consiga pensar juntos uma outra forma de atender esses munícipes. Vamos conversar no setor responsável para que a gente consiga atender da melhor forma.

A outra questão dos materiais pedagógicos, quando o professor falou do material do início da pandemia, eu entendo que é o Trilhas. O Trilhas foi pensado numa situação emergencial para aquele momento pandêmico, então a Secretaria não tem, assim, como intenção produzir material todos os anos. O Trilhas veio para atender em caráter emergencial, mas para este ano a Dieja, nós temos, sim, dentro do nosso planejamento, a produção de materiais para que possa auxiliar o professor frente a esses dois anos de pandemia, as dificuldades apresentadas pelos estudantes, para que possa auxiliar no fortalecimento das aprendizagens. Então nós vamos elaborar um material, nós vamos convidar também algumas DIPEDs, alguns professores da rede para ajudar a pensar nesse material, para que ele tenha a cara da EJA e possa dialogar.

A ideia desse material é que o professor possa trabalhar de acordo com a necessidade da sala, não é algo imposto da Secretaria, mas algo que sirva como apoio. O professor tem a liberdade de criar o seu material considerando a questão do território, do PPP da unidade, enfim. Mas nós estamos, sim, já nos preparando para a elaboração desse material, para que possa realmente subsidiar o professor.

Uma outra coisa também, a questão que você trouxe sobre o diálogo com a ex-Secretária Adjunta, a Minéa, em outubro. Na realidade, nós não temos intenção de... Você falou de reestruturar as formas de atendimento. A questão da EJA Modular não tem especificamente, vamos dizer, uma resposta ou algo a partir dessa conversa. A EJA Modular já carece de uma organização, de uma nova escrita do projeto, porque é um projeto de 2012 e ele é validado, referendado, a cada dois anos, pelo Conselho Municipal de Educação. Nele, nós entendemos

que há necessidade de alteração, porque existem algumas lacunas. Diante disso, o próprio Conselho Municipal de Educação orientou a escrita do novo projeto. Então, esse projeto vai ser feito. Esse GT já está organizado. Nós já começamos as discussões, para que esse formato de EJA Modular possa, realmente, atender o estudante, porque, da maneira em que está, ele apresenta algumas fragilidades. Então, ele vai ser feito.

Agora, quanto a essa conversa que foi realizada em outubro, sobre reestruturar ou não as formas de atendimento, nós precisamos retomar essa conversa com o Secretário. Está bom, Vereador Professor Toninho Vespoli? Então, a EJA Modular não parte dessa conversa de outubro, e sim por uma necessidade, uma fragilidade do projeto.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. FRANCIELE LIMA – Adriana, estávamos conversando, aqui, e queríamos saber se vocês vão ter algum tipo de controle, no âmbito da Secretaria, em relação ao acesso dos materiais pelo aplicativo. A Laura mencionou isso na fala dela e temos um complicador, lá, no CIEJA. Você conhece o CIEJA Perus. Sabe que temos um número enorme de estudantes migrantes haitianos e eles não estão conseguindo acessar o material, fora todos os outros em alta vulnerabilidade, que não têm o celular, que não conseguem. Então, quero saber se vocês têm esse retorno numérico, porque eu acho que é a grande maioria que não conseguiu comprar o material.

Quer falar? (Pausa) Sim, o Vereador quer falar, também.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Então, Sra. Adriana, o Prof. Rogério já vai fazer uma pergunta e eu vou fazer, também, a última. Eu acho que encerramos por aqui. Pode ser?

O SR. ROGÉRIO MARCOS DE MELO – Prof. Adriana, bom dia. A minha pergunta é em relação à EJA Modular. Sabemos que muitas escolas gostariam de implantar a EJA Modular, mas esbarram em alguns complicadores da EJA, como, por exemplo, a exigência de você ter, pelo menos, oito turmas ou 330 alunos. Apesar de haver essa concepção da flexibilidade, essa imposição dificulta o cadastro e a matrícula, porque, para os alunos da EJA Modular, também é

meio ilusório: “Olha, são duas horas e meia por dia, mas ele tem a obrigatoriedade de ir para a escola.” Eles também têm as mesmas dificuldades daquele aluno que frequenta a EJA regular, de locomoção, da distância.

Por exemplo, eu vou citar o meu território. Eu trabalho na Penha. Então, na minha escola, todos os alunos da nossa EJA trabalham no entorno da escola, em prestação de serviços – *shopping*, condomínios, no comércio, em garagistas, enfim. Esses alunos moram na periferia. Eles moram no extremo Leste da cidade. Alguns moram até em outros municípios, como Itaquaquecetuba ou Poá. Então, para esses alunos, também, essa EJA Modular teria de ter outra readequação e, principalmente, acabar com essa exigência, porque essa flexibilidade é uma flexibilidade enganosa, entendem? Então, eu acho que isso deveria ser analisado e avaliado com um olhar um pouco melhor, não político, mas um pouco mais humano.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sra. Adriana, no caso específico da Plínio Salgado, a senhora não poderia conversar com a DRE, para saber as dificuldades de abrir, já que há demanda naquela unidade para o 7º ano, também? Eu vou fazer isso, mas achava interessante, também, se a senhora pudesse colaborar nisso, para se entender qual é a dificuldade e o que está acontecendo.

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – Bom, eu vou começar pela última, porque eu fiquei com uma dúvida. Na Plínio Salgado, seria, então, uma turma de 4º módulo, etapa final? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Isso, etapa final. Há demanda comprovada e a DRE se nega a abrir a turma, lá.

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – Certo. Eu posso verificar com o setor de demanda da Secretaria, para saber qual é o impeditivo. Aí, eu retorno.

Quanto à questão que a Fran trouxe, dos materiais, ontem, mesmo, eu estava conversando sobre essa questão, desses materiais, pensando nas pessoas em situação de rua, por não ter o celular. Estávamos conversando, ontem, sobre isso e, com relação à quantidade

de EJAs, nós não temos acesso a esses números, mas nós vamos verificar com o setor responsável e veremos se existe outra forma, se é que já foi apresentada uma forma de atender essas pessoas que não tiveram sucesso ou que não têm o celular. Eu me comprometo a verificar isso e retornar.

Agora, falando da EJA Modular, como foi apresentada pelo professor da EMEF Othelo, eu conheço a EMEF Othelo Franco. Ela está próxima do Shopping Tatuapé. Então, realmente, ela atende as pessoas que ali trabalham, que ali transitam, por conta do metrô. Com relação à questão que o professor trouxe, da EJA Modular, a forma de atendimento tem de sempre atender o estudante. O estudante é o foco e essa é uma das questões, o porquê de esse projeto estar sendo revisto. É porque realmente há lacunas e o próprio Conselho Municipal de Educação traz a possibilidade de flexibilização. Ele traz a possibilidade de também haver aula remota. Assim, o GT está sendo iniciado. Nesse grupo de trabalho, nós temos supervisores, professores, coordenadores, diretores, e, também, de PEDs e nós, da Secretaria, para pensarmos, sim, em um projeto que possa, de fato, atender o estudante.

Quanto a essa questão que o professor trouxe, do olhar humano, com certeza, há que se ter o olhar humano, não só para a EJA Modular, mas para todos. Então, o que nós pudermos fazer, para que esse aluno realmente possa ser alcançado e que ele tenha condições de ter não só o acesso, mas a permanência, será feito.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Sra. Adriana, quando o nosso mandato faz audiência pública, é sempre no intuito de colaborarmos e trabalharmos juntos. Nós estamos colocando as dificuldades aqui, mas nós queremos colaborar para superá-las. Já tivemos essas experiências, por exemplo, na cultura. Fizemos audiência e conseguimos pegar bibliotecários, professores universitários, e fomos fazendo propostas para tentar melhorar determinadas questões.

Nesse sentido, quero lhe fazer uma proposta. A senhora foi bastante aberta com a minha assessora Debora, falando: “Ah, o Vereador Professor Toninho Vespoli poderia vir aqui conversar e não sei o quê.” Não poderíamos pegar, daqui a um mês, comigo, com minha

assessora e com uns representantes, um pouco desta discussão e ver, assim, disso, o que avançou e quais dificuldades existem – porque sabemos que há dificuldade para um monte de coisas. Entendemos isso, mas poderíamos, também, ajudar nesse diálogo, para tentar achar soluções para as dificuldades. Podemos ter esse compromisso, já, nosso, de marcarmos um bate-papo daqui a um mês, para continuarmos esta conversa? Não queríamos fazer uma audiência pública só para trazer problemas, mas queríamos, aos poucos, construir essa caminhada das possibilidades. Podemos agendar daqui a um mês, com a senhora, esse bate-papo?

A SRA. ADRIANA FERNANDES DA SILVA – Podemos, sim. Na Divisão de Educação de Jovens e Adultos, não só eu, mas toda a equipe está aberta. Na realidade, eu gostaria de agradecer, porque isso nos ajuda a pensar em ações e estratégias para que, realmente, o nosso trabalho possa contemplar os estudantes. Vamos, sim. Eu acredito que esse agendamento é feito, também, via gabinete, mas estamos, sim, à disposição. Podemos marcar. Eu me comprometo a participar e dialogar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Sra. Adriana.

Quero agradecer a todos os participantes, a todos aqueles que colaboraram para que consigamos ter a EJA que São Paulo merece.

Quero, também, anunciar a presença do Vereador Sansão Pereira, que ficou *on-line*, escutando a audiência o tempo todo.

Não havendo nada mais a falar, declaro realizada esta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Obrigado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19126** DATA: **08/04/2022** FL: **48** DE 48
